

“O que acontece quando arranji emprego nessa fábrica...”:

Fernão Velho, cidadela operária (Maceió, 1940-1950)

Marcelo Góes Tavares*

Abrindo o cenário e as possibilidades de tramas...

Sobre a difícil tarefa de dizer o tempo e contar a história de uma cidade, Ítalo Calvino em um dos diálogos de seu romance “Cidades Invisíveis”, alerta para os riscos de se dizer nada quando somente trilhamos descritivamente a materialidade presente em edifícios, ruas, casas, telhados, entre outros que delineiam o espaço citadino. A cidade não resulta somente dessa materialidade que quando priorizada é capaz de se sobrepor a existência humana, tornando-a invisível. O romancista sugere então, outra trilha a seguir: a evidência das memórias dos velhos contadores de histórias mil sobre a cidade, as relações entre as medidas do espaço e seus acontecimentos do passado.

Não se trata de uma mera identificação entre o visível e invisível na materialidade da cidade. Mas o reconhecimento de que a invisibilidade é produzida nas tensões, disputas e negociações entre memórias, no esquecimento em nossa relação com o tempo. Esquecimento, que além de possibilitar “a cidade invisível com suas pessoas, acontecimentos e relações”, torna também plausível a perenidade da existência humana e de seus legados capazes de nos proporcionarem lições sobre a vida.

A cidade múltipla – com memórias, experiências, cenários, cenas e protagonistas – torna-se visível na medida em que reconhecemos nela, suas tramas e histórias a serem descortinadas, tornando-se críveis através da narrativa. Inverte-se o olhar. Conta-se uma história de existência humana a qual a cidade faz parte... Existência passível de celebração, de lugares de pertencimento e experiências, de transformações e expectativas de futuro, a exemplo de Fernão Velho, um cenário na cidade de Maceió.

Trata-se de um bairro onde se localiza as instalações da antiga Companhia União Mercantil, uma fábrica têxtil que a partir de 1857 fomentou a formação de um complexo território fabril com vila operária. Nos anos 1940, esta passou a ser administrada pelo

*Historiador, Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB e Doutorando em História na linha de pesquisa de Cultura e Memória pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. É docente no Centro Universitário Tiradentes – UNIT. Contato: marce_goes@hotmail.com

empresário Othon Lynch Bezerra de Mello que nessa década expandia seus negócios. Além das quatro fábricas que já possuía em Pernambuco, adquiriu outras três. Uma no estado do Rio de Janeiro, outra em Minas Gerais, e por fim, em 1943, a que se localiza em Fernão Velho. Posteriormente esta foi rebatizada como Fábrica Carmen em homenagem a sua filha.

Nesse período Fernão Velho já era uma das maiores vilas operárias em Alagoas. Integrado seu cenário, delineando sua materialidade em edificações distribuídas no quadriculamento do seu território, havia: a fábrica, casas de operários, sede do sindicato, praças, cineteatro, coreto, recreio operário, escola, empório, ambulatório, armazém, entre outros (FERREIRA, 1997). Além dessa materialidade, destaca-se ainda a oferta de diversos serviços aos operários. O delineamento dessa vila ocorreu ao longo de quatro diferentes gestões empresariais, concebendo-a como território como privado e fabril. Estas gestões realizaram nela um conjunto de estratégias disciplinares e tecnologias de poder que permitiam a gestão do trabalho, uma forma de biopolítica¹ capaz de controlar corpos e comportamentos na produção fabril.

Porém, Fernão Velho simultaneamente também se tornou espaço de resistências dos operários que nela produziam, viviam e sobreviviam. Ou seja, tornara-se um território múltiplo, que ao mesmo tempo produzia e resultava dos efeitos “de” e “em” seus viventes, operários têxteis, suas famílias.

Partindo deste ensejo, analiso neste artigo as lutas políticas como experiências simultâneas às técnicas disciplinares e de poder no Brasil durante o Período Democrático (1945 – 1964). Evidencio nessa narrativa, memórias e histórias de operários de Fernão Velho. Memórias registradas através das técnicas da história oral, cotejando questões como cotidiano, trabalho, relações sociais dentro e fora da Fábrica, histórias de família, laços de amizade e grupo social, condições de vida, e direitos. Estas memórias são entrecruzadas com outras fontes, tais como processos trabalhistas, jornais, relatórios da fábrica, fotografias, entre outras possíveis.

Através das astúcias desses operários, com suas práticas e trampolinagens com dribles sobre os contratos sociais, nas suas artes de fazer de modo a alterar a lógica das normas no cotidiano e poder sobre si, Fernão Velho se tornava uma “cidadela”. Constituía-se como um

¹ Para o filósofo Michel FOUCAULT (1999:289), trata-se de uma forma de poder que se utiliza de diferentes mecanismos capazes de disciplinar o sujeito, seja no âmbito da sexualidade, do racismo, da guerra, da política, do direito, da população, da vida e morte, ou quaisquer outra que permita o controle de corpos e comportamentos.

lugar praticado, com múltiplas cenas, circunscrevendo-se a partir de seus viventes protagonistas.

Este fato – disciplina, resistência, apropriações múltiplas - gerava tensões sociais, sobretudo no tocante a questão dos direitos e busca por melhores condições de vida. Ou ainda, possibilitam em nosso tempo presente a compreensão de experiências de trabalhadores no Brasil nas lutas pela cidadania.

Racionalização da produção: cenas de gestão do trabalho e práticas disciplinares.

O setor têxtil em Alagoas até meados do século XX era promissor. Dividia com a produção açucareira a primazia de principais atividades econômicas no estado, e em algumas situações, rivalidade em termos de capital investido e número de trabalhadores empregados (LESSA, 2013). O crescimento da produção têxtil criava demandas por trabalhadores, e estes por sua vez, tinham nas vilas operárias a possibilidade de melhores condições de vida, sobretudo quando advinham do meio rural. No âmbito do trabalho urbano, a existência de direitos trabalhistas era um relevante atrativo.

Além disso, diversas fábricas brasileiras e suas respectivas vilas operárias na década de 1940 tinham como prática de gestão do trabalho o controle da produção articulada à oferta de benefícios sociais para seus operários. Esses benefícios eram disponibilizados de diversas maneiras, desde casas para moradia dos operários na própria vila, auxílio saúde e funerário, escola para os filhos dos operários, distribuição de água encanada e energia elétrica, saneamento, festas, atividades esportivas, entre outros.

Tratava-se de um sistema que “assistia o trabalhador desde o berço até, literalmente o cemitério, pois em uma fábrica um lugar especial está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis (STEIN, 1979: 69).” O que em grande medida evitava o afastamento desse trabalhador da produção, possibilitando sua fixação nas vilas operárias. Do mesmo modo, buscava assegurar a disciplina em oposição à indolência dos indóceis usando-se direitos e benefícios já institucionalizados como moeda de negociação.

Em grande medida, os operários de Fernão Velho era uma população oriunda de outros municípios com predominância rural. Em Maceió havia diversas fábricas e fabriquetas. Estas atraíam esse contingente de trabalhadores que ingressavam no trabalho fabril almejando

melhores condições de vida. Buscavam superar os limites que a vida no campo lhes impunha como a ausência de direitos trabalhistas ou as práticas do coronelismo que em grande medida reproduziam relações de poder, trabalho, e controle que lembrava os tempos de escravidão.

O trabalhador que saía do campo e chegava à cidade não era mais o mesmo. Seu mundo era dilacerado pela experiência fabril. Encarando o mundo do trabalho urbano que também lhe era imposto de cima, o transformara, apropriando-se deste, tornando-o seu (MACIEL, 2009: 86). Esses trabalhadores (re)produziam seu próprio mundo fabril como ato de constituir-se operário.

José Acioly Neto, operário conhecido como Zequinha Moura, é exemplar dessa experiência. Nasceu em 20 de abril de 1936 em Fernão Velho. Trabalhou desde adolescente na Fábrica, conquistando promoções até atuar no escritório, setor em que se aposentou. Seu pai - Gaudêncio Silva - era natural do município de Pilar, e sua mãe – Maria José Moura - de Murici, ambos em Alagoas. Zequinha Moura relata que seus pais foram para Fernão Velho em busca de trabalho durante a administração do Grupo Machado (1891-1938), anterior ao Grupo Othon. Encontraram emprego e se fixaram na então vila operária, onde se aposentaram.

Seu pai, Gaudêncio Silva, foi contramestre de tecelagem, cargo responsável pelo controle da produção e dos operários na seção. Sua função lhe conferia grande responsabilidade na produção da Fábrica, assim como posição privilegiada entre seus pares operários. Sua mãe, Maria José Moura, foi tecelã. Era uma atividade comum entre mulheres na vila operária, o que suscita indícios de que na gestão da fábrica havia certa preocupação com o perfil dos operários na produção. As mãos femininas pareciam ser mais adequadas e sensíveis para manipulação dos fios nos setores de tecelagem e fiação, além da possibilidade de aviltamento do trabalho.

[...] o trabalho feminino tinha peso significativo na composição da força de trabalho da época, embora se concentrasse, em sua quase totalidade, nos setores têxtil, do vestuário e toucador. A presença de mulheres e meninas nas fabricas, bem como de menores em geral, favorecia mecanismos de superexploração, entre eles, o próprio rebaixamento do salário (FOOT e LEONARDI, 1982: 183).

Em inquérito “científico” sobre o trabalho feminino realizado em 1931 por Clodoveu Doliveira², à época funcionário do Departamento Nacional do Trabalho, concluía-se que o trabalho feminino seria mais conveniente, dado a docilidade das mulheres. Estas não teriam aspirações financeiras, e também não faziam uso de vícios como o fumo. Desse modo, seria mais pedagógico para a produção o zelo da moral e do trabalho. Constituía-se também um ideário exemplar de eficiência para essa força de trabalho. Eficiência pautada na repetição de tarefas e movimentos, cumprimento de horários, responsabilidade pelo seu labor e pelas suas atividades domésticas, assim como sua subserviência em um ambiente predominantemente gerido por homens, seja na direção da Fábrica ou nas suas seções com os gerentes e contramestres. Em Fernão Velho, a presença de mulheres operárias era expressiva, sobretudo na seção de tecelagem.



Foto: Companhia União Mercantil, Seção de Tecelagem - Fernão Velho - AL

Autor: Desconhecido, [193?].

Acervo de fotografias do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. Imagem nº177, Pasta 07 – Coleção Postais de Maceió.

Desde as primeiras gestões anteriores aos Othon, a preocupação com a produtividade e a disciplina no trabalho refletia até a disposição dos equipamentos e operários nas seções de produção. “A moderna instalação e a organização em série das máquinas facilitando consideravelmente a fiscalização, foram as causas da referida eficiência³”.

Na Fábrica Carmen, as máquinas continuaram sendo perfiladas uma ao lado da outra. Era também disponibilizado um espaço livre para circulação entre as fileiras de máquinas, seja para o acesso das operárias e dos operários, seja pela constante passagem dos

² Esse estudo se constitui como fonte e está disponível em: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. Documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³ COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. **Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1930, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 27 de março de 1931**. In: DIÁRIO OFFICIAL DE ALAGOAS. Edição de 26 de março de 1931. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1931. (p.05)

contramestres no controle da produção. A disposição destas constituía estratégia⁴ para aumento da produtividade e ao mesmo tempo, um domínio vigilante sobre esse espaço.

Com o Grupo Othon, agregava-se na gestão do trabalho, a promoção de um pacto social mobilizando princípios de reciprocidade e lealdade dos empregados para com os patrões. Continuou ofertando os benefícios sociais como ato benevolente, mas agregou apelo a uma moral familiar na cidadela operária. Renomearam a então Companhia União Mercantil para “Fábrica Carmen”, o que simbolicamente atribuía personificação e carisma ao espaço fabril, subtraindo o termo “Companhia” cujo sentido lembrava a frieza de uma empresa e negócio. Com “Carmen”, somava-se a singeleza da imagem feminina, materna, e irmã, um membro da família Othon como membro das famílias operárias em Fernão Velho. Pelos operários a Fábrica deveria ser abraçada e cuidada, sobretudo quando quase todos em idade produtiva que viviam em Fernão Velho, trabalhavam e dependiam da Fábrica para sobreviver e morar.

Esse apelo à família estava em consonância com prática política do Estado Novo (1937-1945). Reconhecia-se no âmbito governamental que a questão social pós-1930 era um problema cuja solução necessariamente exigia intervenção estatal (GOMES, 2005: 197-8), fomentando uma forma de democracia social supostamente capaz de atender as demandas dos trabalhadores, mas também a promoção do processo de industrialização no Brasil. Instituíam-se, a valorização de um tipo de trabalhador-cidadão pautado na sua reciprocidade com o Estado e a sociedade industrial. Compactuava-se uma ideologia da outorga⁵ estabelecendo rede de compromissos. O Estado se antecipava às demandas sociais, institucionalizando direitos, e em contrapartida esperava o comprometimento dos trabalhadores com seu projeto político.

Nesse cenário, o grupo Othon entendia que a modernização da sociedade necessitava atuação mais incisiva e sensível do patronato com a questão social, visando harmonizar conflitos na promoção do desenvolvimento industrial. Revestia-se de uma imagem paternal, porém sua oferta de benefícios aos operários visava sobretudo o controle, seja das demandas sociais, seja na disciplina. Buscava-se forjar um trabalhador modelo que cooperasse com a produtividade, fortalecendo também os laços de identidades com a Fábrica.

⁴ O historiador Michel de CERTEAU (2009:45) designa como estratégia, “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente. Este postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com a exterioridade.”

⁵ Para a historiadora Ângela de Castro GOMES (2005: 181), “os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a autoridade paternal.”

Esse apelo aos valores fraternos da família era um sutil caminho para docilizar corpos e comportamentos, influenciando na moral familiar dos operários e promovendo os interesses patronais. “Trata-se de um projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses (RAGO, 1997: 12)”. O que em grande medida nos exige reconhecer nessa experiência, o redimensionamento da cultura fabril em uma complexa dinâmica social, “envolvendo situações de consenso e resistência, apontando para o caráter tenso desse ‘delicado jogo de reciprocidade’ (MELLO, 2012: 16)”.

Um delicado jogo... com cenas de trampolinagens, resistências operárias e lutas políticas.

Zequinha Moura relata que seu pai, Gaudêncio Silva, como contramestre de tecelagem, gerenciava cerca de oitenta a cem operários na tecelagem. Cada um manipulava inicialmente duas máquinas, e depois passaram para três. Eram máquinas chamadas de tear ou maquina. A função de Gaudêncio era uma atividade de confiança dos administradores da fábrica. Contribuía para a manutenção da disciplina, ditando o ritmo produtivo de tecelões e tecelãs, realizando a fiscalização de movimentos, comportamentos e qualidade do que era produzido. Afastava-se do Sindicato, evitando envolver-se com as questões políticas e sindicais, até mesmo para se preservar. “Por que tinha posição aí dentro, não podia estar se expondo lá fora. Tinha um bom emprego. Era contramestre de tecelagem e tomava conta de diversas seções”, relata Zequinha Moura (2014).

Desse modo, Gaudêncio poderia ser para a Fábrica e para o Estado Novo, a representação de um tipo ideal de operário. A Fábrica, com homens dóceis, de confiança e bom trânsito entre os operários, conseguiria manter a organização e ritmo da produção, assim como a fiscalização das suas diversas seções. Em virtude de sua função, talvez como contrapartida, usufruía de alguns privilégios como o acesso a uma melhor casa para moradia de sua família, salário diferenciado, e relativa estabilidade empregatícia.

O direito à estabilidade se constituía uma questão tensa entre patrões e trabalhadores. Em 1943 esse direito foi regulamentado a todos os trabalhadores urbanos conforme previsto no Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, conhecido também como Consolidação das

Leis do Trabalho – CLT. Em seu artigo nº492, prevê-se que a suspensão e posterior demissão na situação de estabilidade somente ocorreria mediante falta grave ou força maior provocada pelo trabalhador, devendo ser a mesma comprovada através de inquérito na Justiça do Trabalho em que se verifique a acusação do patrão⁶.

A situação empregatícia de Gaudêncio, porém, não se enquadrava nessa situação. A estabilidade almejada por diversos trabalhadores não abrangia aos cargos de diretoria, gerência e outros de confiança imediata do patrão. Desse modo, mesmo como contramestre de tecelagem, sua estabilidade foi taticamente conquistada por ele e sua família através das relações que estabeleciam com a gerência da Fábrica. É plausível que Gaudêncio reconhecia ser capturado pelas tecnologias disciplinadoras, mas que evitava envolver-se com questões sindicais, segundo relata seu filho. Apropriava-se ao seu modo, da forma de gestão do trabalho praticado naquele território fabril. Mantinha ele próprio seu corpo/comportamento docilizado para assegurar a continuidade da imagem positiva que tinha entre seus patrões, face ao seu papel na produção. Aposentou-se como contramestre de tecelagem na Fábrica.

Zequinha Moura, filho de Gaudêncio, também foi astuto na conquista do direito à estabilidade, embora o mesmo não exercesse a mesma função do pai, excluindo-se da exceção do cargo de chefia ou confiança. Relata que estava próximo de completar a estabilidade na década de 1960, quando foi chamado no escritório da Fábrica.

De qualquer maneira... ninguém completava estabilidade. Estabilidade era dez anos de trabalho. Ficava fixo e não saía mais da fábrica. Nem que a firma quisesse. Eu estava com nove anos e cinco meses. Ai o gerente mandou me chamar. Disse: 'Olhe, com mais um mês de aviso prévio, o senhor completa 9 anos e seis meses. Estabilidade? O senhor tem para onde ir?' Tenho não, respondi!. 'E meus pais vão se aposentar agora e não sei o que faça!' (ZEQUINHA MOURA, 2014).

Gaudêncio, mesmo usufruindo de uma estabilidade consensual pelos patrões que o levou a se aposentar na Fábrica Carmen, não conseguiu assegurar a continuidade da permanência de sua família na casa em que moravam. Esta pertencia ao patrão e era apenas cedida aos operários. Uma vez se aposentando e não havendo nenhum outro membro da família trabalhando na Fábrica, a casa deveria ser devolvida. Aposentado, o contramestre ficaria desprovido da moradia junto com sua família.

Porém seu filho, Zequinha Moura, trabalhava na Fábrica. O que também não era garantia de permanência na casa. O próprio já destacara que ninguém conseguia estabilidade.

⁶ BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943** (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em 05 de maio de 2015.

Era uma prática comum demitir o operário quando estivesse próximo de adquirir esse direito. Posteriormente, readmitia. Para efeitos legais, configurava-se nova contratação e respectivo tempo de serviço. Apagava-se o vínculo anterior.

Em outros casos, quando o operário era visto pelo patrão como indócil, corrompendo seu ideal de trabalhador, o desfecho poderia ser diferente. Mesmo em situações que o operário já havia conquistado estabilidade, forçava-se sua demissão, desqualificando-o como perigoso e subversivo para a disciplina no trabalho. É o caso de Elisabete Silva⁷ contratada pela Fábrica em 1936 e que trabalhava como tecelã. No ano de 1951 foi suspensa por ser acusada de proferir o credo vermelho – o comunismo –, e supostamente atuar de forma subversiva em Fernão Velho, em especial durante uma tentativa de greve nesse mesmo ano. Em outro caso simultâneo, Avelino Francisco⁸, conhecido como Laranjeiras, trabalhava há sete anos e três meses como cardista⁹, e já tinha sido demitido, possivelmente em virtude das mesmas razões que se tentava em relação a Elisabete. No caso de Avelino, foi uma demissão sumária, sem necessidade de inquérito na Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ, devido ao seu tempo de serviço inferior a dez anos. Porém Avelino continuava morando em Fernão Velho, pois era marido de Elisabete. A Fábrica buscava então afastar toda a família que julgava subversiva.

O caso de Elisabete exigia a instalação de inquérito na JCJ justificando a demissão, haja vista sua situação de direito à estabilidade. Tentando manter o emprego e moradia, diversos atos de resistências eram praticados nesse jogo e relação de poder, constituindo táticas¹⁰ dos operários. A tecelã e seu advogado, apontaram as contradições das testemunhas que a acusavam, levaram contramestres como testemunhas de sua boa fé e trabalho, e mesmo quando comprovada pela acusação que foi comunista, argumentou que esta situação foi antes da extinção do Partido Comunista Brasileiro – PCB em 1947. Acrescentou ainda prova indelével de sua boa conduta como operária. Trata-se de um documento produzido pela

⁷ JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ nº 109/51**. O processo encontra-se disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda em Maceió.

⁸ JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ nº 87/51**. Esse processo foi movido por Avelino reclamando a revisão da indenização paga por sua demissão. O processo encontra-se disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda em Maceió.

⁹ No setor de Carda, beneficiava-se o algodão em máquinas que o transformava em cordas para então serem processadas nas máquinas de urdideira tornando-se mais finas, e então serem encaminhadas e processadas até se tornarem linhas. Uma vez produzidas as linhas, estas eram encaminhadas para a tecelagem onde se poderia produzir os tecidos.

¹⁰ CERTEAU (2009:45-6) designa como tática, movimentos de contradisciplina, “A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. [...] ... a tática depende do tempo, vigiando para captar no voo possibilidades de ganho. [...] Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões.”

própria Fábrica, relacionando os operários mais produtivos e que ganharam prêmio por essa produção. Elisabete constava nessa relação. Sua reação contra as acusações que incorreriam na sua demissão e desemparo de sua família se converteu em forma de resistência pela manutenção do seu trabalho e direito à estabilidade, representando também a luta pela cidadania e moradia.

Voltemos então às táticas de Zequinha Moura, como movimento fragmentado de resistência, produzindo voltas por cima, idas e vindas discursivas, (re)apropriações de tecnologias disciplinadoras. Diante da possibilidade de perda de seu emprego e moradia quando chamado pelo gerente, apelou aos valores da família e aprendizado herdado de seu pai: o cultivo de relações de reciprocidade com os patrões. Destacou em seu diálogo com o gerente o seu desamparo e de seus pais. Estes, então velhos e em vias de se aposentarem, não tinham mais forças para migrarem para outro lugar em busca da sobrevivência, como fizeram outrora quando chegaram a Fernão Velho. Diante dessa situação, a Fábrica então se posicionou:

Disse o gerente: 'Olhe! Seus pais tão aí, você não tem para onde ir com eles...O senhor tem vontade de ir embora para outro canto?' 'Eu só pensava nos meus pais. Tenho não!' Ele olhou assim, e.... 'Pois o senhor vai ficar trabalhando! Agora até completar estabilidade. Coisa que a companhia não faz para ninguém!' 'Aí me estabilizei, rapaz! Ai foi quando olhei assim, disse 'graças a deus, e agora posso me casar!' 'Sáisse daqui iria trabalhar onde? Tinha que ir para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Não existia emprego de maneira nenhuma. Tenho a casa já com meus pais, não me botam mais para fora. Fico na casa. (ZEQUINHA MOURA, 2014).

Na decisão de rever a demissão que cercearia a estabilidade de Zequinha Moura, possivelmente foi levada em consideração a situação de Gaudêncio, um antigo contramestre de tecelagem, agora velho e em vias de se aposentar, e que sempre fora de confiança dos patrões. Teria sido essa decisão um ato benevolente dos patrões em gratidão aos préstimos da família do velho contramestre, ou mesmo ao seu filho ainda na ativa? Nunca saberemos! Mas também não sejamos ingênuos naturalizando uma imagem benevolente dos gestores para com Zequinha Moura e sua família.

Ao contrário, é relevante ressaltar a astúcia do jovem operário que conhecia muito bem os valores reproduzidos pela própria família Othon, fomentando sentimentos de lealdade dos operários para com a Fábrica. Zequinha, em vias de alcançar a estabilidade então em perigo, apelou subjetivamente para essa relação de reciprocidade. Demonstrou primeiramente a preocupação com sua família. Evidenciou o desemparo de sua família, que era composta por operários exemplares aos desígnios do Fábrica. E complementou afirmando que não tinha vontade de ir para outro lugar.

Em favor de si, Zequinha Moura mobilizou essa disciplina ao revés da Fábrica. Soube resistir à plausível demissão driblando o que configuraria a perda de seu direito, mesmo que fosse recontratado. Visava também a garantia da moradia vinculada à estabilidade.

Ambos, pai e filho, enquadravam-se no tipo ideal de trabalhador-cidadão. Fato este que pode ter sido levado em consideração, uma vez, Zequinha e seu pai sempre se afastavam das questões políticas e sindicais. Eis a oportunidade de trampolinagem. Zequinha Moura relata que “o sindicato era atuante. De vez em quando tinha reunião. Às vezes eu ia, mas por causa do tipo do meu serviço que guardava segredos da Firma, eu não dava opinião. Olha naquela época, vi muitas coisas erradas e não podia falar”. Nesses termos, esperava a contrapartida ao fato de sua família ter sempre “abraçado” a Fábrica. Foi capaz de inverter a “coisa que a companhia não faz para ninguém”.

Mesmo com a suposta isenção de opiniões e participações ativas de Zequinha Moura nas reuniões de sindicato, sua posição era produzida no âmbito das relações que mantinha com a Fábrica. Ao saber de segredos patronais e tentando manter sua situação de trabalho que de certa forma era privilegiada, no passado o preço pago por ele foi o silêncio, mesmo diante das coisas erradas que via. Fato este que não o tornou necessariamente negligente e acrítico sobre as conexões entre esse passado com seu presente e quiçá futuro de tantos outros que vivenciaram e vivem experiências semelhantes à sua. No tempo presente de sua entrevista, optou pela denuncia das formas de disciplina e manipulações patronais do jogo político praticadas em Fernão Velho.

Entre tantas coisas que não podia falar, em meio aos seus próprios posicionamentos e juízos, Zequinha Moura destacara a atuação do sindicato nos momentos de lutas e tensões em Fernão Velho, como greves, negociações salariais, demissões ou mesmo licenças médicas.

Vi coisa que o presidente do sindicato ganhava propina da firma para deixar de enxergar uma porção de coisas. Por exemplo: a pessoa ficava doente, tinha licença médica. Ora, se tá doente e teve licença médica está ganhando o dinheiro, não tá faltando com nada. Mas aí, para a ficha dele, perdia 20 dias de férias. Se tivesse sete faltas perdia os vinte dias de férias mais o repouso. Mas licença médica não era falta, e a companhia ia e colocava falta (ZEQUINHA MOURA, 2014).

A possível situação de propina para presidentes do sindicato configura o que podemos enquadrar como sindicalista pelego. Este pode ser caracterizado como um sindicalista que se deixava levar pelas pressões ou seduções de vantagens oferecidas pelos representantes patronais. Desse modo, esse tipo de sindicalista buscava soluções conciliatórias, o que em

grande medida atendia mais aos interesses patronais em detrimento das demandas dos trabalhadores. Ou ainda, é possível cogitar a partir do relato de Zequinha Moura, que sindicalistas usavam de sua posição para atuar em proveito próprio, em prejuízo das causas coletivas. Essa prática em Fernão Velho também foi denunciada¹¹ pelo jornal comunista “A voz do povo¹²”. No ano de 1951 houve um início de greve em virtude do desconto de dois dias em que a Fábrica parou durante o carnaval.

A interrupção da produção durante o festejo foi ordenada pelo próprio gerente da Fábrica, que posteriormente tentou reaver o prejuízo à custa dos operários, descontando os dias parados em seus salários. Os operários, indignados, iniciou a mobilização de uma greve ainda dentro da Fábrica durante o turno da madrugada. Entrou então em cena, Anízio Rodrigues, recém-eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho. Antes que fosse de fato decretada a greve, solicitou a confiança dos operários, afirmando que se reuniria com os gestores da Fábrica para uma solução, evitando o desconto. Prometia que no dia seguinte a vitória seria alcançada. Os operários voltaram ao trabalho, acreditando nas palavras de Anízio.

Passado o calor dos ânimos daquela madrugada, no dia seguinte quando Anízio Rodrigues foi procurado pelos operários, informou que nada poderia fazer. Que embora eleito, não tinha ainda tomado posse de seu cargo. Sua manobra, talvez desastrosa, quebrou a disposição produzida no calor das manifestações de indignações dos operários no rés do chão da fábrica, desmobilizando a greve. Ou teria sido uma manobra pelega que obteve sucesso na desmobilização?

Os comunistas, no jornal “A voz do povo”, reagiram contra ele. O qualificaram como pelego, acusando-o estar em serviço da Fábrica. Além disso, um mês depois de ocorrido a tentativa de greve, a retaliação patronal veio com a prática da demissão, a exemplo de que se sucedeu com Avelino e Elisabete. Nos processos trabalhistas, a Fábrica recupera a greve como prova de subversão. Acrescenta à efervescência dessa luta, comícios de comunistas que ocorreram em frente à Fábrica.

¹¹ **O CAMINHO DA LUTA PARA OS OPERÁRIOS DE FERNÃO VELHO.** Jornal A Voz do Povo: Maceió, 04 de março de 1951.

¹² O jornal comunista “A Voz do Povo” teve circulação semanal em Maceió entre os anos de 1946 e 1964. Esse periódico foi editado em 4 páginas. Os temas abordados no periódico eram os mais diversos, porém predominantes os de natureza política sejam referentes ao âmbito nacional ou local. Buscava denunciar as condições de exploração e violência às quais trabalhadores, sobretudo fabris, eram submetidos em Alagoas, e informar seu público alvo sobre os direitos trabalhistas.

Essa situação de retaliação poderia também se repetir em outras de cerceamento de direitos não questionados ou colocados em pauta de luta pelo Sindicato, trazendo indícios das relações possíveis entre empresários e sindicalistas.

E a fábrica dava propina para o sindicato fechar os olhos. Nunca deixou de pagar o certo. Outra coisa errada: Por exemplo... Se você ganhava um ordenado e a firma depositava 8% seu para INSS, ela só depositava 8% do salário mínimo. Mas você não ganhava salário mínimo, mas ela só depositava do salário mínimo. E ninguém chegava para se aposentar e ganhar mais que um salário mínimo. Porque a firma não depositava certo. (ZEQUINHA MOURA, 2014).

Embora não seja possível comprovar tais acusações contra a Fábrica na questão do pagamento do INSS e ao Sindicato em relação à prática pelega, não podemos descartar tais possibilidades. É necessário reconhecer que essas lutas e práticas de cerceamento de direitos concomitantes às técnicas disciplinares, produzem efeitos que se arrastam para toda a vida do operário, conforme relata Zequinha Moura sobre o salário de operário aposentado. Resta-os a utopia de uma vida melhor, rememorando suas experiências no rés do chão da Fábrica e da cidadela fabril como ato de se constituírem operários em meio às suas lutas e trampolinagens.

A denúncia do passado no tempo presente: um legado?

As táticas estão na ordem da contradisciplina (CERTEAU, 2009). São praticadas de forma fragmentária, não se deixando que a disciplina apreenda o sujeito por inteiro. Nelas, os sujeitos comuns – os operários – são protagonistas. Sua realização se dá no jogo dos acontecimentos transformados em ocasiões propícias à inversão do poder ao seu favor. Como jogo de disciplina e resistência simultânea, mobilizam uma sabedoria ao seu favor, uma trampolinagem que salta e dribla o que tenta lhe cercear.

A resistência de operários contra as formas de disciplina e aviltamento do trabalho poderia configurar grave subversão no olhar dos patrões. A Fábrica ao demitir e tentar expurgar os que lhe incomodavam, também emitia sua mensagem a todos aqueles que ousassem realizar resistências aos seus desígnios disciplinadores. Elisabete apesar de ter sido reconhecida pela própria Fábrica como uma das operárias mais produtivas, tornou-se junto com seu marido, bodes expiatórios da luta política. Ao final do processo, a operária driblou a acusação contra ela, e convenceu o Juiz a uma decisão ao seu favor. Manteve-se no emprego e assegurou seu direito à estabilidade. Como comunista no passado, é plausível sua continuidade nas lutas políticas, e ao mesmo tempo, era uma operária produtiva e reconhecida como tal pela Fábrica. Talvez seja sua maior trampolinagem, entre outras.

Se o não pagamento por dias parados poderia assegurar a recuperação do lucro dos industriais, o que se perdia com o desconto na já difícil condição de vida desses operários? O pouco e aparente valor insignificante parece ser muito para ambos os lados. Nessas histórias, ao se evidenciar os efeitos de práticas disciplinares na docilização dos corpos e comportamentos, percebe-se também como estes ocorrem de forma simultânea às resistências, permitindo compreender relações de poder, as práticas sociais, ou mesmo evidenciar os “saberes sujeitos”. São saberes das pessoas comuns (FOUCAULT, 1999:12), como Zequinha Moura e Elisabete, muitas vezes podendo ser compartilhados socialmente por um grupo, como os operários de Fernão Velho. Saberes e práticas utilizadas em sua própria sobrevivência, recuperadas em grande medida, no trabalho de rememoração do passado.

Possibilita-se, desse modo, atribuir outra inteligibilidade a essa cidadela operária, visível não somente como lugar de efeitos de poder, mas também de resistência e protagonismo dos trabalhadores. Uma vez postos à crítica historiográfica, a compreensão dessas relações possibilita aproximar o passado longínquo da experiência operária ao presente de nosso mundo do trabalho.

Meu sentimento hoje, rapaz, vou lhe ser franco, já tive em São Paulo, no Rio... Quando tive lá nesses lugares, e quando vim embora, olhei para traz e disse: “Aqui não venho mais.” Gosto muito desse lugar (Fernão Velho). Nasci e me criei aqui. Sei que vou morrer aqui. Gosto demais de Fernão Velho. Lembro de minha juventude. Me considerava um operário. Toda vida. Nunca mudei de pensamento não. Minha impressão era sempre essa. Era um operário. Sempre fui. Meu pensamento sempre foi esse. (ZEQUINHA MOURA, 2014).

Em meio às múltiplas formas de disciplina e resistências, trabalhadores em Fernão Velho se fizeram operários. Zequinha Moura era convicto disso. E mesmo reconhecendo seus limites para uma maior participação política, afirma nunca ter mudado seu pensamento e sentimento como operário, pressupondo que tenha se tornado solidário aos seus colegas de produção fabril. Usou do artifício da denúncia sobre “o que acontece quando arranhou emprego nessa Fábrica”. Evidenciou suas táticas em meio às microformas de disciplinarização e possível cerceamento de direitos, aproximando a luta de outrora às incessantes tentativas de limitação da cidadania no presente. Por fim, confirmou-se seu presságio. Faleceu em Fernão Velho em 2014, cinco meses após contar suas memórias mobilizadas nessa narrativa. Resta-nos suas experiências, assim como de outros trabalhadores como legados das lutas e trampolinagens que saltam do passado. Podemos articulá-las e usá-las historicamente, como lampejos que permitem lições nos momentos de perigo do presente, despertando-nos as centelhas da esperança!

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 16º ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.
- _____. Outros espaços. In: **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. Aula de 07 de janeiro de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p.03-26).
- _____. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p.27-48).
- _____. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p.285-315).
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. Das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Editora, 1982.
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005
- LESSA, Golbery L.. Trama da memória, urdidura do tempo. In: TENÓRIO, Douglas A.; LESSA, Golbery L. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: SEBRAE, EDUFAL, 2013.
- MACIEL, Oswaldo B. A. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895 – 1905)**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. **Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)**. 2012. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2012.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. Documentos. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- STEIN, Stanley J..**Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil. 1850-1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

Documentos e Fontes:

Foto “Companhia União Mercantil, Seção de Tecelagem - Fernão Velho-AL”. [193?].

Acervo de fotografias do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. Imagem nº177, Pasta 07 – Coleção Postais de Maceió.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em 05 de maio de 2015.

COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. **Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1930...** In: DIÁRIO OFFICIAL DE ALAGOAS. Edição de 26 de março de 1931. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1931. (p.05)

FERREIRA, Veríssimo. **História de Fernão Velho**. In Mimeo. Maceió: 1997.

JUSTIÇA DO TRABALHO 6º REGIÃO. **Processo JCJ nº 109/51**. Acervo do Memorial Pontes de Miranda. Maceió.

JUSTIÇA DO TRABALHO 6º REGIÃO. **Processo JCJ nº 87/51**. Acervo do Memorial Pontes de Miranda. Maceió.

RELATO de Zequinha Moura. Maceió, janeiro de 2014.

O CAMINHO DA LUTA PARA OS OPERÁRIOS DE FERNÃO VELHO. Jornal A Voz do Povo: Maceió, 04 de março de 1951.